



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

LAICIDADE E IGREJAS EVANGÉLICAS NO BRASIL

SÂMELA SUELLEN RIBEIRO MARTINS

Brasília
2016



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

SÂMELA SUELLEN RIBEIRO MARTINS

LAICIDADE E IGREJAS EVANGÉLICAS NO BRASIL

Monografia apresentada como trabalho de conclusão ao curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Parecerista: Prof. Dr. Leandro do Nascimento Rodrigues

Brasília

2016



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

SÂMELA SUELLEN RIBEIRO MARTINS

LAICIDADE E IGREJAS EVANGÉLICAS NO BRASIL

Monografia apresentada como trabalho de conclusão ao curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Parecerista Prof. Dr. Leandro do Nascimento Rodrigues

Brasília

2016

A Deus, “Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.” – Romanos 11:36.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me proporcionar viver essa experiência incrível que foi o período universitário, colocando em meu caminho pessoas tão diferentes e que contribuíram, cada uma a seu modo, para o meu crescimento em diversas áreas da vida. Sou grata por estar sempre comigo, e por poder dizer com convicção: “Eu não ando só”.

À minha família, a quem devo o cuidado que venho recebendo durante toda a minha vida. Espero um dia poder retribuir. Ao meu pai, por sempre esperar mais de mim, à minha mãe, por acreditar nos meus sonhos muito mais do que eu, e à minha irmã Kézia, que mesmo sendo tão mais nova que eu, já é minha inspiração.

Agradeço também ao meu orientador, professor Dr. Paulo César Nascimento, pela orientação, pela paciência com a minha indecisão para definir um tema, pelas ótimas aulas ministradas nas disciplinas que tive a oportunidade de cursar, e além disso, por sua temperança – qualidade rara – com que lida com os alunos dentro e fora da sala de aula.

Aos meus amigos que foram, simultaneamente, meus colegas de curso. À Cristine Rolim, pelo companheirismo e pelas parcerias acadêmicas bem sucedidas; à Aline Rodrigues e à Maires Barbosa, por não deixarem as diferenças de pensamento nem os desencontros de grade horária nos distanciarem; à Sthefanny West, por ter sido responsável pela grande maioria das risadas e dos momentos de descontração dos últimos semestres; Ao Gustavo Barros e à Stephanie Becker que tem se mostrado, cada dia mais, amigos com quem posso contar. Sou muito grata por conhecer cada um de vocês!

Por fim, quero agradecer aos entrevistados. Ao meu pastor, Pr. Egmar Tavares, que me incentivou a cursar Ciência Política antes mesmo de eu começar e que, mesmo com uma agenda muito tumultuada, não impôs nenhuma dificuldade para me atender; e ao Rev. Baltazar Fernandes que, muito acessível, disponibilizou seu tempo para contribuir com o trabalho de uma desconhecida. Obrigada!

“Paridade, não privilégio. Dificilmente um slogan acrobático de campanha eleitoral, mas, em poucas palavras, o objetivo estratégico da visão do “pluralismo” de Abraham Kuyper. Os cristãos não devem buscar uma posição de privilégio político ou legal nas praças públicas de suas nações religiosa e culturalmente diversas, mas uma posição de paridade... Não mais que isso, mas também não menos”. (CHAPLIN, 2013)

“A relação entre temporal e espiritual, entre norma e fé, não é relação de contraposição, e sim de autonomia recíproca entre dois momentos distintos do pensamento e da atividade humana. Igualmente, a separação entre Estado e Igreja não implica, necessariamente, um confronto entre os dois poderes”. (BOBBIO, 2000)

RESUMO

A expansão das Igrejas evangélicas tem sido contínua no Brasil, principalmente após a Constituição de 1988, que garantiu uma liberdade religiosa essencial para a manutenção de um Estado Democrático de Direito. Esse crescimento vai desde o aumento da quantidade de membros e de templos a maior acesso ao poder. Esse cenário faz com que surjam questionamentos com relação a esse acesso no sentido de afetar ou não a ideia de Estado laico, ou em que medida afeta. Neste trabalho serão apresentadas as principais denominações de cada ramificação evangélica vigente no país: o histórico, as doutrinas que predominam nelas e sua atuação nos contextos social e político, bem como uma apresentação e comparação de como essas denominações lidam com a laicidade.

Palavras-chave: Igrejas evangélicas; evangélicos; laicidade; tradicional; pentecostal; neopentecostal.

ABSTRACT

The expansion of evangelical churches has been ongoing in Brazil, especially after the 1988 Constitution, which guaranteed a religious freedom that is an essential thing to maintain a democratic State. This growth is true not only when the topic is the number of members and temples but also the greater access to power. About this last point it is important to wonder if this access to power affects the idea of a secular State or how much does it affect. At this work will be presented the main denominations of each current evangelical branch in the country: the history, the doctrines that prevail in them and their role in the social and political contexts as well as a presentation and comparison of how these denominations deal with laicism.

Keywords: evangelical churches; evangelicals; laicism; traditional; pentecostal; neopentecostal.

Sumário

Introdução.....	9
Metodologia	10
Capítulo I – Igreja Presbiteriana do Brasil	11
1 – Histórico da IPB	12
2 – Doutrinas predominantes	12
3 – Papel social da Igreja	14
4 – Atuação política dos evangélicos	14
Capítulo II – Igreja Assembleia de Deus	16
1 – Histórico da Assembleia de Deus.....	16
2 – Doutrinas predominantes	18
3 – Papel social da Igreja	19
4 – Atuação política dos evangélicos	19
Capítulo III – Igreja Universal do reino de Deus	20
1 – Histórico da IURD.....	20
2 – Doutrinas predominantes	21
3 – Papel social da Igreja	22
4 – Atuação política dos evangélicos	22
Capítulo IV – Denominações e o entendimento de laicidade	23
Considerações finais	27
Referências bibliográficas	29
Apêndice.....	31
Entrevista com o pastor 1	31
Entrevista com o pastor 2	34
Anexo.....	41

Introdução

Após séculos de colonização e catecismo católico em território brasileiro, em 1859 chegaram ao país os primeiros missionários trazendo a doutrina reformada ao Brasil. Os chamados “protestantes” espalharam um evangelho diferente do que vinha sendo pregado desde o descobrimento, o que atraiu muitas pessoas e também gerou perseguições.

Essa primeira manifestação evangélica no país gerou o que hoje são diversas igrejas em atuação crescente e contínua, mas esse crescimento, ao contrário do que ocorre na Igreja católica, não advém de uma Igreja unificada, mas de diversas denominações com diferenças históricas e doutrinárias que foram responsáveis por criar ramificações entre os evangélicos. Sendo assim, as igrejas evangélicas são habitualmente divididas em três grandes segmentos: tradicionais, pentecostais e neopentecostais.

As igrejas que permaneceram seguindo fielmente a doutrina reformada trazida pelos primeiros missionários, são as chamadas “*tradicionais*”. A primeira denominação desse segmento foi a Igreja Presbiteriana do Brasil, que será apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, começando por uma síntese de seu histórico e de suas doutrinas predominantes; a denominação permanece ativa e crescente embora esse crescimento não seja tão vertiginoso quanto ao dos outros segmentos.

O segundo segmento evangélico a se manifestar no país gerou as igrejas *pentecostais*, hoje chamadas de igrejas *pentecostais históricas ou clássicas*. As primeiras igrejas desse segmento implantadas no Brasil, foram fundadas por missionários que outrora foram cristãos tradicionais e acabaram vivendo experiências sobrenaturais que não foram aceitas pelas igrejas tradicionais. A primeira denominação pentecostal no Brasil foi chamada de Assembleia de Deus, que é até os dias atuais a maior denominação desse segmento.

Por último e muito recentemente, surgiram as igrejas *neopentecostais*. É o segmento com maiores diferenças doutrinárias e litúrgicas em relação aos outros dois. A ênfase na prosperidade, a contemporaneidade, a utilização de meios de comunicação de massa, o envolvimento político, os templos luxuosos e aumento na quantidade de membros profissionalmente bem sucedidos, são características próprias dessas igrejas, sendo a principal denominação, a Igreja Universal do Reino de Deus.

Os três primeiros capítulos irão apresentar essas três denominações principais consecutivamente, na ordem de sua fundação. O último capítulo trará uma definição

teórica em relação à laicidade e logo em seguida irá comparar a forma como os segmentos evangélicos lidam com esse valor.

Metodologia

O método adotado para a realização deste trabalho foi o de pesquisa exploratória e bibliográfica. Os históricos e doutrinas apresentados foram extraídos de fontes primárias como confissões de fé e fontes secundárias, no caso de livros que retratam essas histórias.

Vale ressaltar que os históricos foram resumidos de forma a destacar apenas os momentos considerados mais relevantes para este trabalho, e que as doutrinas dessas denominações não se restringem, de modo algum, ao que é apresentado nos capítulos que se seguirão. Logo, não houve a pretensão de esgotar tais assuntos, dada a dispensabilidade de tal feito para alcançar o objetivo que é apresentar as denominações e diferenciá-las entre si.

Já as informações sobre o papel social, o posicionamento em relação a atuação política dos evangélicos e em relação à laicidade, foram extraídas dos discursos concedidos por meio de entrevistas (no caso da IPB e da Assembleia de Deus) e da literatura e de informações veiculadas pelo site da Instituição (no caso da IURD), cujo líder maior é inacessível para esta finalidade e os pastores a ele inferiores hierarquicamente se recusam a dar entrevistas, alegando não possuir autorização para tal.

Capítulo I – Igreja Presbiteriana do Brasil

1. Histórico da Igreja

Desembarcando no Rio de Janeiro no ano de 1859, mais especificamente no dia 12 de agosto, estava o Reverendo Ashbel Green Simonton. De acordo com a obra de Caleb Soares¹, Simonton foi o primeiro missionário enviado pela Igreja Presbiteriana Norte-americana ao Brasil. A chegada dos missionários norte-americanos, em especial a de Simonton, fora o ponto alto do período imperial para a história da IPB.

Nos anos que se seguiram, Simonton fora responsável pelos primeiros passos do Presbiterianismo no país, organizando em 1862 a primeira IPB, no Rio de Janeiro, e também o primeiro presbitério brasileiro e o primeiro jornal evangélico do país, denominado *Imprensa evangélica*.

Desde sua fundação até o atual momento histórico dessa denominação, a Igreja Presbiteriana tem passado por diversas “fases” no território brasileiro. Sendo apresentadas por Soares, as seguintes fases:

- **Plantação:** Essa é uma fase permanente da Igreja, visto que caracteriza sua função de espalhar o evangelho e gerar novas igrejas. Iniciou-se no Brasil em 1862, com a organização da primeira IPB e perdura até os dias atuais.
- **Nacionalismo:** Essa fase se caracteriza por uma divisão denominacional, em que o vínculo de parte da igreja com relação aos missionários e às instituições norte-americanas é quebrado e inicia-se um processo de independência que se potencializa em 31 de julho de 1903, gerando assim uma igreja nacional, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB).
- **Plantação de Instituições:** Nas décadas que se seguiram à organização da primeira IPB, os missionários presbiterianos foram responsáveis pelo surgimento e manutenção de diversas instituições, desde outras igrejas, á escolas, hospitais, seminários, orfanatos, e outras entidades com a finalidade de prestação de serviço social lideradas pelas igrejas locais.

¹ SOARES, Caleb. *150 anos de paixão missionária: O presbiteriano no Brasil*. Editora Instituto de Pedagogia Cristã, 1ª, 2009

Como foi exposto na fase do Nacionalismo da Igreja Presbiteriana, houveram divisões que geraram algumas ramificações da denominação, e elas foram além da criação da IPIB, por diferentes motivos.

Seguindo a cronologia desse processo, de dentro da IPIB, surgiu a Igreja Presbiteriana Conservadora (1940) por razão de discordâncias doutrinárias. A questão girava em torno da ordenação de candidatos ao ministério, que negavam afirmações da Confissão de fé seguida pela igreja. Esses candidatos discordavam da ideia de existência de penalidades eternas e acreditavam na “aniquilação da alma”, o que de acordo com o que veremos na próxima seção, é inteiramente destoante da doutrina Presbiteriana. Essa questão dividiu a Igreja, e um desses grupos, chamado *conservador*, acreditava que não poderia haver ordenação ministerial para tais candidatos, e como o assunto gerou um excesso de discordâncias internas, o grupo desligou-se e organizou uma nova igreja.

Após essa segunda ramificação, surgiram outras tantas a partir de 1950. A Igreja Presbiteriana Fundamentalista do Brasil (IPFB), que a princípio era uma separação temporária da IPB, e acabou tornando-se um ministério independente permanente; após ela, a Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil (IPRB), a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPUB) e as mais recentes, a Igreja Presbiteriana de Jesus (IPJ), fundada em 2010 e a Igreja Presbiteriana da Graça.

A denominação que interessa de fato a este estudo é a Igreja Presbiteriana do Brasil, mas contextualizar seu surgimento e evidenciar suas ramificações se faz necessário para uma melhor compreensão de como o presbiterianismo se desenvolveu e vem atuando em nosso país.

2. Doutrina predominante

Dada a síntese do processo de surgimento do presbiterianismo no Brasil, é também relevante ressaltar sua estrutura doutrinária, que mostrará a diferenciação entre essa denominação (IPB) e as outras denominações que serão apresentadas nas próximas seções.

Pode-se encontrar os preceitos básicos da doutrina presbiteriana explicitadas e reafirmadas em um documento chamado “*A confissão de fé de Westminster*”, que foi elaborada entre os anos de 1644 e 1646 e aprovado em 1648 pelo parlamento inglês que era composto em sua maioria por calvinistas. A Inglaterra vivia momentos difíceis de guerra civil, em que tanto a população e, posteriormente o parlamento, se revoltaram contra o Rei, à época, Carlos I.

Os representantes da Igreja escocesa foram os responsáveis pela elaboração da Confissão, e por mais de um ano houveram diálogos entre as comissões elaboradoras e o parlamento, que exigiu das comissões bases bíblicas para os pontos abordados no documento. Ao final, foram fixados 33 capítulos que abordam os mais diversos temas da vida cristã, os quais buscarei, da forma mais objetiva possível, resumir nos seguintes parágrafos.

De acordo com a Confissão de fé, a IPB tem as *Escrituras Sagradas* (compostas por 39 livros do Antigo Testamento e 27 livros do Novo Testamento) como a Palavra de Deus, escrita por inspiração de divina. Sendo assim, é imutável e sua interpretação se dá à luz de si mesma, ou seja, qualquer dúvida que surja em relação a alguma parte das Escrituras, deve ser respondida por outra parte das próprias Escrituras. Outra parte fundamental é a crença em Deus como único e composto por três pessoas (trindade), o Pai, o Filho e o Espírito Santo, formando uma só unidade divina.

O homem foi criado livre, sem nenhuma influência para o bem nem para o mal, podendo, assim escolher. Por meio de sua liberdade, o homem escolheu pecar, o que contaminou toda a sua descendência e todos os homens que nasceram, desde o pecado, são contaminados com a corrupção, sendo todos naturalmente condenados.

Deus porém, mesmo com a quebra do pacto de obras, em que o homem viveria em obediência perfeita a Ele, decide realizar um novo pacto, que consiste no livre “oferecimento de vida e salvação aos pecadores através de Jesus Cristo”, esse é chamado *pacto da graça*, em que em troca da vida eterna, Deus exige do homem, a fé no mediador entre ele e a humanidade, seu filho Jesus.

A fé que é exigida não é reproduzida pelo homem, e sim reproduzida no homem pelo próprio Espírito de Deus. Ou seja, a salvação é oferecida àqueles a quem Deus predestinou para a vida, por sua vontade e para sua glória, honrando o sacrifício de Jesus na cruz, perdando os pecados de muitos, independentemente de qualquer obra. A salvação é gratuita e ninguém é, por si só, capaz de alcançá-la.

O sacrifício de Jesus justifica todos os pecados dos que creem e estes se tornam como filhos por adoção de Deus Pai. A fé em Cristo salva, mas o arrependimento dos pecados (que todos os homens possuem desde o pecado original) é necessário para recebe-la. As boas obras consistem nas ações descritas como boas nas Escrituras e ainda que não sejam úteis para produzir salvação, são uma testificação da eleição para a vida eterna.

A comunhão entre os “santos” é obrigatória, devendo ajudar-se uns aos outros, inclusive materialmente. Cristo ordenou dois sacramentos: O batismo (que é realizado com água derramada sobre a pessoa que professa a fé ou sobre os filhos de crentes) e a Ceia do Senhor (que é quando os batizados comungantes consomem pão e vinho, representando o corpo e o sangue de Cristo).

E por fim, há a crença de que as almas dos justos irá para o céu, viver eternamente em alegria perante a presença de Deus, enquanto que as almas dos que rejeitaram a Jesus Cristo, receberão a eternidade de tormento, destituídos da presença dele.

Esse resumo que busca expor os principais pontos da doutrina seguida pela IPB é de fato, superficial, e não tem a pretensão de explicar os credos teologicamente, Sua relevância para este trabalho baseia-se na ideia de uma posterior comparação panorâmica em relação às outras denominações.

3. Papel social da denominação

Segundo o Reverendo Baltazar Lopes, pastor da Igreja Presbiteriana Central do Gama, a Igreja Presbiteriana não teve influência no período de formação do Estado Brasileiro, visto que chegaria ao país em 1859. Porém, fora a primeira igreja evangélica a se instalar em solo brasileiro.

Atualmente, o Reverendo acredita que o papel social da Igreja seja a formação de cidadãos conscientes. Sendo assim, a Igreja orienta os membros a se dedicarem a uma “boa formação cível”, não permitindo o uso político do púlpito.

4. Atuação política dos evangélicos

A IPB lida de forma isenta em relação à participação de seus membros na esfera política. Ela incentiva seus membros a serem bons profissionais, independente da profissão que escolham, mas segundo o reverendo Baltazar, eles não formam políticos na Igreja.

Caso alguma liderança da Igreja decida se candidatar a cargos políticos, ele é afastado do cargo durante o período de campanha, não possui o direito de realizar campanhas eleitorais dentro dos limites da Igrejas e nem recebe apoio eleitoral da denominação.

Em relação à bancada Evangélica, o reverendo emite opinião pessoal: “não me sinto representado pela bancada evangélica”. Ele ainda problematiza a atuação de políticos que se colocam como representantes de grupos de interesses, argumentando que um

político é eleito para representar a nação, e não grupos dentro dela. Destaca ainda que, ao se envolver com atos ilícitos no decorrer da carreira política, alguns políticos que fazem parte da bancada evangélica tem trazido prejuízos para as Igrejas, dando a impressão de que seus atos se estendem àqueles a quem eles dizem representar.

Sobre o envolvimento dos membros da Igreja ou até mesmo lideranças, fora as restrições de realização de campanhas dentro das Igrejas e da permanência em cargos de liderança, o reverendo diz que não há problemas em presbiterianos se candidatarem. Nas experiências dele como pastor, ele diz questionar quais são as intenções da pessoa ao decidir buscar uma carreira política e orientar essas pessoas a serem bons políticos, visto que o problema não é só se envolver com atos ilícitos, mas também, ainda que sem se envolver com esses atos, não faça nada de eficiente ou proveitoso para a população.

Capítulo II – Igreja Assembleia de Deus

1. Histórico da Igreja

Para uma melhor compreensão dessa denominação em especial, é necessário que se faça uma observação em relação à sua origem estrangeira. Não da denominação, pois não é o caso, mas do movimento que baseou sua criação e desenvolvimento. Até o começo do século XX as igrejas evangélicas se portavam, em crença e doutrina, de forma semelhante à denominação anteriormente apresentada, ou seja, tradicionalmente.

Um acontecimento porém, mudou toda a história de evangelização que ocorrera até o momento. Em 1906, em uma igreja instalada num antigo galpão de cereais, localizada na Rua Azusa², algumas pessoas se reuniam habitualmente para realizar cultos, e ali começaram a ocorrer “manifestações diversas do Espírito Santo”³. Essas manifestações consistiam no acontecimento de milagres, curas, pessoas falando em línguas que não conheciam (línguas estranhas), profecias e outros dons que proviam do Espírito. Tal acontecimento ficou conhecido em todo o mundo ocidental como *Movimento Pentecostal*, fazendo referência ao dia de pentecostes descrito nas Escrituras bíblicas no Livro de Atos, dia em que essas mesmas coisas haveriam acontecido.

“1 -Ao cumprir-se o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar.

2 - De repente veio do céu um ruído, como que de um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam sentados.

3 - E lhes apareceram umas línguas como que de fogo, que se distribuía, e sobre cada um deles pousou uma.

4 - E todos ficaram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito lhes concedia que falassem”. ATOS 2: 1-4⁴.

A crença é então, de que se repetia ali na Rua Azusa, o que ocorreu em Jerusalém nos tempo bíblicos, de forma que as pessoas que se aproximavam do templo improvisado eram envolvidos também por esses sinais. A notícia logo se espalhou por diversos países que começaram a enviar missionários para conhecer e buscar compreender o que estava ocorrendo naquela igreja. O que acontecia porém, é que os missionários tradicionais ao chegarem nesta igreja também recebiam o “batismo com o Espírito Santo” que sempre vinha acompanhado de uma visão missionário que os impulsionava a levar essa experiência sobrenatural a seus países ou a qualquer outro.

² Los Angeles - EUA.

³ JUNIOR e MACEDO, 2009.

⁴ Bíblia Sagrada.

A igreja Filadélfia em Estocolmo na Suécia, não obstante, também enviava missionários para os Estados Unidos para fins de evangelização e para firmarem ali algumas igrejas de sua denominação. Dentre eles, em março de 1902, aportou em Boston, o missionário Daniel Gustav Berg, e em 1903, o missionário Gunnar Vingren. Berg foi viver em Chicago, enquanto Vingren foi pastorear, algum tempo depois, uma igreja Batista em South Bend. Os dois missionários saíram da mesma igreja, pastoreada pelo Pr. Levi Pethrus, em Estocolmo mas não se conheciam.

Com os acontecimentos na Rua Azusa, ambos os missionários tiveram a curiosidade e oportunidade de conhecer o movimento pentecostal que ali surgia e assim como muitos, receberam o “batismo”. Algum tempo após conhecer o pentecostalismo, Gunnar e Vingren se conheceram em uma convenção em Chicago realizada entre pastores que aceitaram o avivamento e nessa ocasião, começaram a desenvolver uma grande amizade.

Uma revelação divina, por meio de Adolfo Uldin, dizia para os dois amigos missionários que deviam trazer o avivamento para um lugar chamado “Pará”, no Brasil. E foi o que eles fizeram. Os dois missionários batistas chegaram ao Brasil por meios próprios e ajuda financeira de correligionários, sem auxílio familiar ou de qualquer igreja.

Chegando ao Brasil em 19 de Novembro de 1910, Gunnar e Vingren foram encaminhados até a Igreja Batista, que era pastoreada por Raimundo Nobre, que a princípio os recebeu e os integrou à Igreja. Uma vez inseridos, os missionários começaram a compartilhar as experiências que tiveram na Rua Azusa e a divulgar a mensagem que ali era pregada, a mensagem pentecostal, que dizia que “*Jesus salva, cura, liberta, batiza no Espírito Santo, revela Sua vontade e leva para o céu*”.

Essa pregação gerou uma divisão dentro da Igreja Batista entre os que concordavam com ela e os que a rejeitavam, dizendo que a mesma não era condizente com a “fé Batista genuína”, e com esse segundo grupo estava o Pr. Raimundo Nobre, que expulsou da Igreja os missionários suecos Gunnar e Vingren e outros dezessete membros que experimentaram o avivamento pregado pelos dois. A expulsão ocorreu em 18 de Junho de 1911, quando eles sentiram necessidade de se reunir para cultuar, ainda que não pudessem fazer isso na Igreja Batista, fundando assim a *Igreja Missão de Fé Apostólica*.

Em 1918 porém, após sete anos da expulsão dos missionários do corpo de membros da Igreja Batista tradicional e da criação da *Missão de Fé Apostólica*, se

discutia muito a possibilidade de troca do nome da igreja, o que acabou acontecendo em Janeiro do ano citado. Inspirados pelo nome da igreja norte-americana *Assembly of God Church*, mas sem nenhuma ligação denominacional com a mesma, trocaram o nome da igreja para *Assembleia de Deus*, uma igreja nacional, tendo seu primeiro templo próprio na Travessa Nove de Janeiro, em Belém do Pará.

Após esse histórico apresentado com os detalhes mais relevantes, o que se pode dizer hoje é que o crescimento da Assembleia de Deus no Brasil é extremamente expressivo, sendo ela dividida em outras ramificações reconhecidas como Assembleias de Deus e algumas independentes que adotam o nome.

Em 1923, a Assembleia de Deus chegou ao Rio de Janeiro e lá atualmente é onde se situa uma das maiores sedes, a Assembleia de Deus ministério Madureira, situada em Madureira. O pastor presidente desse ministério, desde 1983 é o Bispo Manoel Ferreira, eleito pela Convenção da época. Ligadas à esse ministério existem vários “campos” que possuem sedes regionais, e estas tem diversas congregações espalhadas por todo o país e para além dele.

2. Doutrina predominante

A Assembleia de Deus, diferente da Igreja Presbiteriana do Brasil, não possui uma “confissão de fé” extensa que explique suas crenças, porém possui um documento bastante objetivo, uma declaração de fé equivalente, em que aponta quais são suas doutrinas principais. O Documento chama-se “Cremos” e aborda questões que vão desde a crença na Trindade ao nascimento virginal de Jesus Cristo e ao Juízo Final.

Como foi dito no histórico da denominação, a Assembleia de Deus atualmente é extremamente difundida no país, tanto as convencionais, amplamente reconhecidas denominacionalmente, quanto as Assembleias de Deus independentes que surgem a cada dia e que não são reconhecidas como tais. Dado esse fato, é muito difícil, se não impossível, apontar uma doutrina definitiva e certa da Assembleia de Deus.

A intenção neste trabalho é então, abordar essas Assembleias com Ministérios históricos e com alto nível de representação na população brasileira, são elas que nos interessam neste momento. Sendo assim, o “Cremos”, por ser o mais aceito por essa denominação, em seus Ministérios majoritários, foi a fonte doutrinária escolhida.

O “Cremos”⁵ é dotado de 14 pontos que delineiam a fé dos “assembleianos”.

⁵ Texto integral do documento em anexo.

“Sua origem nas Assembleias de Deus no Brasil remonta ao ano de 1938, quando o missionário norte-americano Theodoro Stohr, que atuava no interior de São Paulo, na edição do Mensageiro da Paz da segunda quinzena de outubro, p. 2, publicou um artigo traduzido por ele, sob o título “Em que crêem os pentecostais (no evangelho integral)” ... A partir da 1ª edição de junho de 1969, p. 3, o “Cremos” passou a ser publicado no jornal Mensageiro da Paz.”⁶

3. Papel Social da Igreja

O pastor Egmar Tavares, pastor presidente vitalício das Assembleias de Deus do Gama (ADEG), diz que a influência religiosa na formação do Estado brasileiro foi da Igreja Católica e que, como apresentado no histórico da denominação, a Assembleia só foi criada no Brasil em 1911. Após sua chegada porém, houveram influências da denominação tanto na cultura quanto na formação social do Brasil, dado que a denominação já é centenária.

A ADEG segue princípios bíblicos e luta pela “preservação dos valores da família”; se dedica a aconselhamentos em relação a casamento e criação dos filhos, gerando apoio familiar. A ausência desse apoio, segundo o pastor, é um gerador de problemas sociais no país.

Ainda em relação à relevância da atuação da Igreja no âmbito social, o Pastor diz que há contrariedade às drogas e à prostituição por parte da Igreja e incentivos à profissionalização dos membros.

4. Atuação política dos evangélicos

De acordo com a entrevista concedida pelo pastor, não há nada de errado com o envolvimento de evangélicos com a política, pois esse é um direito deles, são cidadãos. Ele inclusive se posiciona a favor desse envolvimento, e diz ser importante que a igreja tenha políticos para representa-la, se contrapondo a Projetos de Lei que contrariem os interesses da sociedade e os valores da família.

Ele afirma que a Igreja tem sido uma instituição forte na sociedade brasileira, abrangendo uma parcela considerável da população. Essa parcela precisa então, ser representada, e que um representante cristão, desde que não utilize o cargo para benefícios privados, pode sim representar os interesses da igreja.

⁶ www.assembleiadedeus.org.br/nosso-credo

O pastor acredita que a igreja não deva se envolver diretamente com a política, para que não haja mescla, mas diz que deveria haver um Conselho, onde fosse eleito um representante para ser votado.

III – Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)

1. Histórico da Igreja

O histórico da IURD possui algumas distinções em relação às outras denominações apresentadas, começando pelo fato de ser uma denominação muito nova, com fundação muito recente (1977). Outro fato que destoa consideravelmente é que o fundador da Igreja ainda é o seu dirigente, ainda está vivo. Sendo assim, para uma apresentação mais completa da Igreja, se fará necessária também algumas inserções do perfil do fundador.

Edir Macedo, o fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, hoje com 71 anos, é líder da denominação que já se instalou em mais de 200 países, e que continua tendo um crescimento vertiginoso em cada um deles. O bispo tem seu nome envolvido há décadas com diversas polêmicas que não param de surgir.

As polêmicas tem diversas fontes e motivações distintas, indo desde seus posicionamentos controversos em relação às tradições cristãs, a processos judiciais e até mesmo uma prisão em 1992 que durou 11 dias, com base em acusações do Ministério Público que enquadravam as ações do líder nos delitos de “charlatanismo e estelionato”. Essas acusações surgiram por causa dos frequentes “rituais de exorcismo” e pela “ênfase da denominação na coleta de dízimos e ofertas”.

Em sua biografia autorizada chamada “*O bispo: a história revelada de Edir Macedo*”, o líder se defende das acusações, conta detalhes sobre a prisão, diz que foi tudo por conta da intolerância religiosa e perseguição de seus “inimigos”, que segundo ele são o clero católico e a Rede Globo. Ainda diz que não é estelionatário, que as pessoas que entregam as ofertas sempre voltam, e as pessoas não voltariam se estivessem sendo abusadas, elas voltam porque veem resultados.

A IURD desenvolve então o trabalho mais difundido enquadrado como “neopentecostal” no Brasil. Após passar por outras denominações, Edir Macedo não conseguia adaptar à elas sua visão religiosa e sua interpretação diferenciada da bíblia, começando a realizar cultos em um coreto, mas com o excesso de pessoas que iam vê-lo pregar surgiu a necessidade de um local maior, e em 1977 foi fundada a Igreja Universal em uma loja onde anteriormente funcionava uma funerária. Desse ano em diante, a denominação atingiu proporções inacreditáveis.

2. Doutrina predominante

A IURD também é a denominação que mais destoa dos outros segmentos evangélicos em questões doutrinárias. Apontada por outros segmentos como sincretista, a IURD mescla o pentecostalismo a práticas comumente espíritas e católicas.

Os pontos doutrinários que convergem com os outros segmentos evangélicos pentecostais são: a crença na inspiração divina do texto bíblico; a crença na trindade; o batismo com o Espírito Santo como gerador de purificação e santificação e a realização da cerimônia de Santa Ceia.

Os pontos divergentes surgem com a ênfase que é dada em uma “obrigação” que Deus possui, segundo o próprio Bispo Edir Macedo, de retribuir os “sacrifícios”, que no caso são financeiros, realizados pelos fiéis, um “toma lá, dá cá”. É o que ele chama de “exercer a fé inteligente”.

A liturgia também é muito diferente; as reuniões possuem temas específicos em cada dia da semana, e a que mais se destaca pela quantidade de pessoas que participam são as popularmente chamadas “sessões do descarrego”, divulgadas pela Igreja também com o nome de “Reunião de Combate ao Destruidor de Sonhos”. As sessões do descarrego são amplamente conhecidas pela grande quantidade de “exorcismos” (como são descritas na biografia do bispo) e pelas “entrevistas com demônios”.

A Igreja Universal possui templos abrangentes e não tem controles de membros como as outras igrejas evangélicas; não realizam Escola Dominical (que é a reunião em que comumente as igrejas evangélicas doutrinam seus membros), nem cultos de doutrina. O que o bispo fala em relação a isso é o seguinte:

“Somos um pronto-socorro. Quando alguém sofre um acidente grave, não há tempo para assepsia. É preciso primeiro salvar o paciente. Não há tempo para limpar os ferimentos. Só depois dos primeiros socorros, da operação, do tratamento de emergência. Na igreja é assim: precisamos primeiro libertar as pessoas para depois ensinar-lhes a Bíblia.” (TAVOLARO, 2007).

Acusado de pregar com base em uma “teologia da prosperidade” (uma das críticas mais frequentes à IURD), o bispo diz que ao contrário da Igreja Católica, ele não vai pregar uma “teologia da miséria”. As críticas à Igreja Católica são frequentemente realizadas pelo bispo, uma delas inclusive, sobre o combate ao aborto realizado pelo catolicismo; Edir Macedo é a favor.

3. Papel social da Igreja

Como não houve nenhum entrevistado representante da Igreja Universal do Reino de Deus, o perfil de ação social foi retirado do site oficial da Igreja.

São elencados diversos projetos sociais realizados pela denominação, que abrangem diferentes públicos de acordo com a necessidade. Alguns exemplos são o projeto de alfabetização de adultos chamado “*Ler e Escrever*”; o projeto *T-Amar*, de apoio a mães solteiras ou grávidas com dificuldades financeiras e marginalizadas. Elas recebem acompanhamentos psicológicos, roupas, alimentos, etc; e o projeto *Anjos da madrugada*, que leva alimentos a moradores de rua.

4. Atuação política dos evangélicos

“Hoje, o bispo Macedo é respeitado entre os parlamentares e demais autoridades políticas. Não apenas pela expressividade dos políticos da igreja, mas, sobretudo, pela robustez dos milhões de votos que carrega consigo. A maior liderança evangélica do país passou a ser tratada, de alguns anos para cá, com mais atenção pelos governantes. Ter Edir Macedo como inimigo nunca foi bom negócio para quem depende do apoio das classes mais populares para se manter no poder.” (TAVOLARO, 2007)

A IURD possui uma forte atuação política, tendo recentemente criado o Grupo de Apoio à Coordenação Política (GACOP) que tem reuniões mensais nas Igrejas Universais de todo o país. O objetivo do grupo é “preparar formadores de opinião” e esclarecer dúvidas. O coordenador nacional do GACOP é o atual Ministro de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, Marcos Pereira.

Marcos Pereira é também Presidente Nacional licenciado do Partido Republicano Brasileiro (PRB), partido que concentra diversos políticos que são membros e lideranças da Igreja Universal, inclusive o Presidente em exercício e a liderança executiva do partido fazem parte da Igreja. O PRB tem atualmente o seguinte quadro de políticos eleitos: 1 Senador, 1 Ministro, 22 deputados federais, 38 deputados estaduais, 104 prefeitos e 1627 vereadores. Dos 22 deputados federais, 18 fazem parte da Frente Parlamentar Evangélica.

Em sua biografia autorizada, Edir Macedo afirma que “a Universal tem se esforçado para eleger representantes no Legislativo” e que

“Os políticos são para defender a causa do Evangelho. Para fazer frente a todos os movimentos de perseguição que enfrentamos. O bispo cita uma série de projetos de lei que, segundo ele, tentam impedir a abertura de novos templos e, de maneira geral, tolher a liberdade de culto.” (TAVOLARO, 2007).

IV – Denominações e o entendimento de laicidade

Após essa síntese em relação ao desenvolvimento e ao encaminhamento do pensamento predominante de cada denominação selecionada para a confecção deste trabalho, compreendendo que o grupo que é hoje abrangente e superficialmente chamado de “evangélicos” é, na verdade, um grupo extremamente plural e com diversas discordância internas, quando pensamos nesse grupo como um todo.

Os evangélicos tradicionais ou reformados, no Brasil, possuem uma visão de governo político como algo secular e que deve ser realizado por homens – não por Deus, representado pela igreja ou por uma autoridade da mesma. Essa visão surge de vários escritos dos reformadores em suas opiniões sobre a relação entre a Igreja e o Estado.

O reverendo entrevistado, ao falar sobre como a Igreja lida com membros candidatos, demonstra com clareza a forma como essa denominação preza por um distanciamento em relação aos processos eleitorais. Quando ele diz que, se um membro se dirige a ele dizendo que pretende se eleger para representar a Igreja, e ele responde: “Então não serve. A igreja não precisa ser representada por você. Não na política”, ele questiona a necessidade de haver uma representação específica para evangélicos que vá além das disposições constitucionais.

Em relação a sua fala sobre a Frente Parlamentar Evangélica que se destaca hoje no Congresso Nacional tanto pelo peso de sua representação quantitativa, quanto pelas polêmicas que a ela são atribuídas, o reverendo diz não se sentir representado pela bancada. Se a bancada evangélica não representa uma liderança evangélica – destaca-se que se fala de uma liderança, e não de um fiel comum sem grandes influências -, a quem ela representa?

É possível problematizar aqui o nível de realidade da expressão “não me representa”. Não me refiro diretamente à fala do reverendo neste momento, dado que parto da ideia de que ninguém seja mais capacitado que o próprio indivíduo para falar sobre si. Essa expressão porém, é um eco crescente dentro das igrejas e nas redes sociais.

É interessante lembrar um movimento massificador que se espalhou pelas redes sociais brasileiras com o início da presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos deputados por parte do Pastor Marco Feliciano. O movimento se chama “Não me representa”. A tag *#naomerepresenta* passou a ser usada por muitos cristãos para dizer que, apesar de serem cristãos, o polêmico pastor não falava por eles.

Um dos *slogans* do deputado Marco Feliciano porém, é a “luta contra o aborto”. Luta essa que, com poucas, raríssimas exceções, é bandeira das igrejas evangélicas. Esse é só um exemplo de como o discurso dos pastores da bancada evangélica, não sempre, claro, mas na maioria das vezes, está de acordo com as bandeiras que o evangelho levanta hoje no Brasil.

Lopes (2013), diz que existe coesão interna da Frente Parlamentar no caso de votações cujo tema da proposta seja afim aos temas da bancada, e que em relação aos temas que fogem aos interesses especificamente cristãos, essa coesão não existe, e isso é positivo.

Ao contrário do posicionamento dos evangélicos tradicionais, os pentecostais tiveram uma alteração evidente e relevante em relação à sua forma de lidar com a política.

A expressão “política é coisa do Diabo”, frequentemente usada pelas denominações desse segmento há algumas décadas, hoje já é bastante abafada pelos processos de urbanização e modernização pelo qual essas denominações tem passado. Os pentecostais possuem uma grande abertura em relação a acontecimentos sobrenaturais e comumente relacionam o mundo material ao mundo espiritual.

O líder entrevistado da Assembleia de Deus se mostra positivo em relação à participação de evangélicos na política, inclusive em relação à atuação da Frente Parlamentar Evangélica, destacando sua relevância e importância na defesa dos interesses da Igreja. “A igreja tem seus interesses”.

As denominações pentecostais passaram a rejeitar os discursos de demonização de diversas coisas que eram proibidas por meio de seus “usos e costumes”, e a compreender o mundo secular de forma mais independente – não há aqui nenhum juízo de valor em relação aos efeitos que isso traz para a religião, mas para o Estado, isso refletiu em um aumento expressivo da participação dos evangélicos nas discussões políticas, inclusive filiando-se a partidos e a movimentos sociais.

A presença de cristãos pentecostais atuando na esfera política, representa a inclusão de um grupo significativo da população que outrora se excluía dessa esfera, ao contrário de outras religiões que por serem minoritárias, acabam por ser também politicamente subrepresentadas.

A IURD e o segmento neopentecostal, porém, deram passos à frente em relação a essa participação, seja por haver surgido já como um pentecostalismo modernizado, ou por qualquer outra razão, acabou por introduzir em sua dinâmica denominacional, a

formação de políticos e lideranças com o foco específico de representação da Igreja, possuindo inclusive, pastores em presidência e em altos cargos dentro de partidos.

Os candidatos das Igrejas Universais recebem total apoio da denominação em suas campanhas eleitorais, fazendo alianças com outros candidatos de denominações pentecostais e neopentecostais, afim de “compartilhar” o eleitorado, visto que se supõe que essas bases eleitorais partem dos mesmos princípio e possuem os mesmos interesses.

“...a identificação dos fiéis evangélicos com sua liderança tem se mostrado alta. Seja pelo carisma e/ou pela boa oratória de convencimento dos deputados pastores, muitos dos fiéis são cativados por suas lideranças, e então passam a se identificar ainda mais com o parlamentar quando este vota favorável às causas cristãs colaborando para a comunidade evangélica. Até porque eles abandonaram o caráter sectário e avesso à inserção nos canais políticos de atuação.” (LOPES, 2013).

A laicidade é vista de forma positiva pelos dois pastores (tradicional e pentecostal) que foram entrevistados. Ambos possuem ideias conceitualmente parecidas em relação ao termo como “separação entre Igreja e Estado” no sentido de uma não interferência da esfera política na esfera espiritual e vice-versa.

Esse conceito segue na mesma direção em que o mesmo é apresentado por alguns estudiosos do assunto. A definição de laicidade dada por Blancarte (2008) é que a laicidade é *“un régimen social de convivencia, cuyas instituciones políticas están legitimadas principalmente por la soberanía popular y (ya) no por elementos religiosos”*.

Essa definição se remete ao fato de que determinadas sociedades que outrora foram governadas a partir de uma legitimidade religiosamente atribuída a esse governo, passa a não ser.

“...a laicidade, assim como a democracia, é mais um processo do que uma forma fixa ou acabada em forma definitiva. Da mesma forma que não existe um estado absolutamente democrático, também não existe um sistema político total e definitivamente laico.” (BLANCARTE, 2008, p. 20 apud TREVISAN, 2013).

A laicidade, porém, é uma imposição do Estado à Igreja exclusivamente para benefício do Estado.

“Primeiramente, é preciso enfatizar que a laicidade é sobretudo um fenômeno político e não um problema religioso, ou seja, ela deriva do Estado e não da religião. É o Estado que se afirma e, em alguns casos, impõe a laicidade” (BRACHO, 2005 apud JUNIOR, s/d).

No caso brasileiro, porém, os benefícios que advém dessa imposição do Estado alcançam todas as religiões, inclusive as Igrejas evangélicas. Prova disto é que ambos os

pastores entrevistados, em algum momento se referiram à laicidade como “uma conquista”.

A laicidade acabou por desencadear a liberdade religiosa que era necessária para a expansão do Evangelho. A forma como cada segmento enxerga seu papel social e sua atuação política – ainda que essa atuação seja realizada pelos membros cidadãos, e não pela igreja como instituição – é o que vai determinar se esse envolvimento irá ou não afetar de forma negativa a ideia de laicidade.

Considerações finais

Para compreender se o envolvimento evangélico com a política afeta de alguma forma a laicidade do Estado, não bastam as observações generalizadoras. A pluralidade dos segmentos evangélicos e das denominações dentro de cada segmento é tão grande quanto todos os outros pontos de diversidade que a nação possui.

É problemático que a Igreja tenha interesses, ainda que sua composição seja formada por cidadãos? O Estado aceita formações de partidos com base em ideologias que ditam princípio e ideais, e esse é o procedimento correto a ser seguido quando se pretende manter um sistema de governo democrático.

As ideologias são debatidas e criticadas, e isso é normal, faz parte da dinâmica democrática. Já dizia Marilena Chauí em 1989 que “conflito não é obstáculo, é a constituição do processo democrático, sendo esta, talvez, uma das maiores originalidades da democracia”. Logo, se as opiniões ideológicas são aceitas para debate, e muitas vezes guiam as decisões tomadas nas esferas de poder, uma separação estanque em relação à influência religiosa no poder político é, além de possivelmente inviável, antidemocrática.

Os princípios religiosos, e no caso dos evangélicos independentemente de seu segmento, os princípios bíblicos, estão enraizados na cultura, no pensamento, na forma de agir, na forma de ver e de lidar com as situações. Supor que seja possível exterminar esses princípios que geram influência, é inferir que esses indivíduos que levam os princípios devam ser eliminados da esfera política, o que é - além de todas as caracterizações negativas que possam ser atribuídas a esse pensamento - antidemocrático, exclusivo e autoritário.

A laicidade só faz sentido quando usada como meio para o alcance da democracia, e não como um fim em si mesma. Quando a busca pela laicidade ameaça ferir os princípios democráticos, ela deixa de ser válida, visto que impede que sua finalidade seja alcançada. Logo, é necessário que haja uma distinção em relação à interferência da Igreja como instituição nos processos políticos (o que pode e deve ser combatido) e a influência de princípios religiosos (que são intrínsecos aos indivíduos).

Sendo assim, o que foi exposto neste trabalho abre precedentes para estudos posteriores de forma mais aprofundada e específica em relação a como cada segmento ou até mesmo denominação influencia politicamente o país.

Referências

Livros

JÚNIOR, Ápio M.; MACÊDO, Raimundo. *História do Centenário das Assembleias de Deus no Brasil*. Goiânia: Karis; Rio de Janeiro: JUERP, 2009.

SOARES, Caleb. *150 anos de paixão missionária: O presbiteriano no Brasil*. Editora Instituto de Pedagogia Cristã, 1ª, 2009.

TAVOLARO, Douglas. *O Bispo: A história revelada de Edir Macedo*. Editora Larrousse, 2007.

BÍBLIA SAGRADA. *Almeida Corrigida e Revisada Fiel*.

Verbetes de dicionários

BOBBIO, Norberto, Dicionário de Política, Editora Universidade de Brasília, 13ª, 2000, Vol. 2 p. 670 – 673.

Artigos e trabalhos acadêmicos

BLANCARTE, Roberto. *Discriminación por motivos religiosos y Estado Laico: elementos para una discusión*. Estudios sociológicos, v. XXI, n.62, 2003, p.299-300.

_____. O porquê de um Estado Laico. In: Lorea, Roberto (org.). *Em defesa das liberdades laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 19-32.

CHAPLIN, Jonathan. *O peso total das nossas convicções: O ponto do pluralismo Kuyperiano*. 2013, Comment Magazine.

LOPES, Noemi Araujo. *A Frente Parlamentar evangélica e sua atuação na Câmara dos deputados*. Universidade de Brasília, 2013.

CHAUÍ, Marilena. Cultuar ou Cultivar: cultura, socialismo e democracia. Teoria e Debate, n. 8, out./nov./dez. 1989. apud VITULLO, Gabriel Eduardo. TOMO, São Cristóvão, 2007.

Sites

<http://www.assembleiadedeus.org.br/nosso-credo/>

<http://www.mackenzie.br/7060.html>

<http://www.ipb.org.br/ipb/historia>

<http://www.ipb.org.br/ipb/doutrina>

<http://www.universal.org/institucional/historia-da-universal.html>

<http://www.universal.org/institucional/emquecremos.html>

<http://www.gacop.com.br/category/coordenador-nacional/>

<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/expansao-da-igreja-universal-pelo-mundo-ja-atinge-quase-200-paises-20120818.html>

Apêndice A

Entrevista com o Pastor 1

Pastor Egmar Tavares da Silva.

Tempo de gravação: 13min

Realizada em: 1 de Novembro de 2016 às 19h.

Resumo do Perfil do Entrevistado: Pastor Presidente vitalício das Assembleias de Deus do Gama (ADEG), com mais de 200 congregações espalhadas por todo o país e fora dele, alcançando inclusive, a Nigéria.

Houve alguma influência da sua denominação no período de formação do Estado?

Na verdade, na formação do Estado – você sabe que nós somos um país de origem católica, né?! – Sendo um país católico, a influência maior foi dos católicos. Do Brasil? ... houve, sim. Mas não com tanta força, vamos dizer assim, porque a igreja católica sempre teve essa influência no Estado. A própria lei diz que o Estado é laico. Ele sendo laico, nós não temos preferência religiosa. Mas só que você sabe que, no Brasil, isso não prevalece. O Brasil é um país católico. Mas mesmo assim, a Igreja evangélica teve uma influência muito forte na formação do Estado, e uma das igrejas que mais tem influenciado o nosso país, é a Assembleia de Deus, pelos seus vários anos - a Assembleia é uma igreja com centenas de anos - tendo o início de sua influência na Europa e nos Estados Unidos, e aqui no Brasil nós estamos já no centenário da Assembleia de Deus.

Então teve influência, sim, e essa influência com certeza ajudou na formação social, e também cultural e religiosa do nosso país.

Atualmente, qual a relevância da sua denominação para o contexto social brasileiro?

A relevância é muito grande, né?! Porque você sabe que a AD de Deus, por ela ser uma igreja de princípio cristão e, acima de tudo, tendo como base a Bíblia Sagrada, ela luta muito pra preservar os valores da família. Os casamentos, a criação dos filhos, os aconselhamentos de pais e filhos, filhos e pais, e você sabe que a maior gravidade social do Brasil hoje é a falta do apoio familiar para muitas crianças e adolescentes que estão nas ruas e que, socialmente é um prejuízo irreparável para o Brasil, porque aí vai

pro mundo das drogas, da prostituição, né?! E a Igreja, a Igreja evangélica, preza muito por esses valores.

Nós somos contra as drogas, nós somos contra a prostituição. Nós pregamos a favor de que a pessoa seja um profissional, faça cursos profissionalizantes, nós lutamos pra que a pessoa possa também galgar posições dentro da nossa sociedade, seja ele um professor, um médico, um dentista, um advogado, um juiz, um deputado, um senador... Então nós lutamos muito pra que a AD possa estar dando essa contribuição social para o nosso país.

Como você conceitua “Laicidade”?

Olha, seria uma neutralidade religiosa do Estado, se fosse real. A gente não vê isso. Eu não vejo isso no Brasil. O Brasil, é, a própria mídia tem preferências. Ela tem acordos com o Vaticano, entendeu? E esse acordo com o Vaticano ele é muito forte, né?! Nós estamos sofrendo um pouco, mas o Brasil muito em breve vai ser um país evangélico.

Porque evangélico? Eu não tô falando cristão. Porque o católico também é cristão. O católico é cristão, o evangélico é cristão, nós somos cristãos. Então o que eu vejo é que vai chegar um momento em que o nosso país realmente vai galgar essa posição de realmente, neutralidade.

Religião é religião, Estado é Estado.

A quem interessa a laicidade? Para quem ela é benéfica?

Eu creio que pra todos, se ela existisse. Mas com certeza, pra todos, porque a nossa Constituição ela diz que o culto religioso é livre. Nós temos liberdade de culto, é isso. A Constituição deixou bem claro, nós temos liberdade de culto. Se nós temos liberdade de culto, não importa a religião. Cada um vai seguir conforme a sua fé, com aquilo que ele crê. Isso seria muito bom pro país, entendeu?! Porque a gente ia ganhar muito, tanto na parte do culto, na parte religiosa, quanto na parte do Estado, porque eu sempre sou a favor de que o Estado é o Estado e a igreja é igreja.

Eu creio que a bíblia tem que se cumprir porque o próprio Jesus falou: “Dá a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”. Então religião e Estado tem que ser uma coisa oposta, dividida.

Para a Igreja, quais os pontos negativos e positivos da laicidade?

Olha, como pontos positivos eu vou citar a liberdade religiosa; Nenhuma influência ou interferência do Estado. O Estado tem um papel muito importante social, jurídico, junto a sociedade. A igreja tem papel muito relevante de cunho religioso para o crescimento social e cultural da sociedade.

Como negativo... é, na verdade eu não vejo como ponto negativo a separação entre Estado e Igreja, pois entendo que a Laicidade é uma grande conquista para o nosso país, tanto para o país, como para a Igreja.

Qual a sua opinião em relação à atuação política dos deputados evangélicos (durante o período democrático pós constituição de 1988)?

Muito importante! Olha, a primeira coisa que a gente tem que observar é que qualquer evangélico é um cidadão comum. Ele vota e pode ser votado. Então, como ele é um cidadão comum, ele tem a liberdade, o livre-arbítrio de escolher o que ele quer. Se ele, mesmo sendo evangélico, acha que deve defender algum interesse, alguma classe ou alguma coisa para o bem da sociedade, e para o nosso país, eu sou a favor, e acho que isso é muito importante.

Agora, a decisão é dele, né?! Eu creio que não atrapalha, desde que ele não misture. Porque é que muitos perdem? Porque ele mistura. Ele quer fazer daquilo ali como se fosse algo, propriedade dele, sendo que o voto é uma conquista. Se o voto é uma conquista, ele tem que mostrar um trabalho responsável, acima de tudo com honestidade de caráter, votar com a sua consciência, dentro das suas convicções, naquilo que ele traz desde o berço, que ele jamais possa perder suas convicções na hora de uma votação, que ele jamais troque o voto por alguma coisa, que ele jamais faça barganha lá dentro, que ele seja um exemplo. Se ele for isso, não importa se ele é evangélico, não importa se ele é da igreja, o importante é que ele é um cidadão e pode contribuir muito pra nossa sociedade.

Qual a sua opinião sobre o envolvimento da igreja (membros/lideranças) com a política?

A igreja se tornou um segmento no país muito respeitado, muito forte. Porque que eu falo assim? Porque muita gente acha que a igreja deve ficar fora da política. Eu acredito que não. A igreja é um segmento forte e nela estão agregados só cidadãos. Pessoas sérias, pais de família, que vão realmente defender o seu lado.

Eu não vejo nada de errado de a igreja se envolver na política. Ela tem seus interesses, na área da evangelização, na área das leis... principalmente nas leis contra a família, contra a sociedade, e que tem destruído muitos lares. Então a igreja vai pra lá com seus deputados para representa-la. Para defender a família e as leis que possam ajudar essa sociedade, então eu creio que a igreja deve se envolver, sim.

Mas não a igreja, em si... eu acho que tinha que levantar alguns líderes, um conselho político, pra não misturar as coisas, e que nesse conselho fosse escolhido um representante, e esse representante fosse votado para defender os interesses da igreja, porque a igreja hoje, no Brasil, é quase 40% da população, a igreja evangélica.

Entrevista com o Pastor 2

Reverendo Baltazar Lopes Fernandes

Tempo de gravação: 26:46

Realizada em 09/11/2016

Resumo do perfil do entrevistado: É pastor efetivo da Igreja Presbiteriana Central do Gama, vice-presidente eleito do Presbitério do Planalto, lecionou entre 2002 e 2014 no Seminário Presbiteriano Brasil Central e é doutorando em Ministério no Centro de pós graduação Andrew Jumper (CPAJ).

Houve alguma influência da sua denominação no período de formação do Estado?

A IPB tá no Brasil desde 1859, então ela teve, talvez, alguma influência na formação da República, né?! Agora na formação inicial, não. Não existiam denominações evangélicas no Brasil. A religião dominante era o Catolicismo. A Igreja Presbiteriana foi a primeira que se instalou aqui em terras brasileiras, até então não havia outra denominação.

Atualmente, qual a relevância da sua denominação para o contexto social brasileiro?

Não só a Igreja Presbiteriana, como outras igrejas, ela forma cidadão conscientes... politicamente, dos seus direitos, democráticos, desde pequenos é ensinado a se respeitar as autoridades, a respeitar a lei do país.

A Igreja Presbiteriana não permite que se use o púlpito com fins políticos, isso já é uma determinação. Se algum membro da Igreja se candidata a um cargo público ele

não tem o direito de se utilizar da sua denominação pra se promover. Mas a igreja incentiva então que, se vai ser candidato ou se vai exercer algum cargo público, que o faça dentro dos princípios, tanto democráticos... do nosso país, quanto dos princípios bíblicos que a pessoa adotou.

Então a participação da igreja, ela é indireta formando cidadãos conscientes, não diretamente no poder. A Igreja Presbiteriana não tem nenhuma articulação política ou qualquer dessas questões, ela preza pela boa formação cível do cidadão. Então seria essa a participação da igreja.

Como você conceitua “Laicidade”?

É difícil conceituar em poucas palavras, né?! Mas a laicidade seria justamente essa liberdade de poder exercer sua fé sem influência, sem intervenção do Estado. Então essa foi uma conquista da religião, em alguns países ainda há uma ligação do Estado, o Estado intervém na religião, mas a laicidade sempre foi um princípio bíblico, de que pudéssemos então ter a liberdade de expressar a fé sem que o Estado tivesse alguma interferência em termos doutrinários, né? Claro que nós entendemos a interferência do Estado em termos de manter-se a ordem, e tudo mais, mas em termos de professar a sua ideia de culto a laicidade é algo que nós vemos com bons olhos, a Igreja Presbiteriana sempre trabalhou nessa terminologia, apesar de que, alguns países, né?! Originalmente, de onde veio a Igreja Presbiteriana ou os princípios que a Igreja Presbiteriana adota, eram doutrinas ligadas ao Estado também. Então o Estado adotava as mesmas regras da Igreja, né?! E era essa união, não havia laicidade nisso. Mas em outros países como os Estados Unidos, depois o Brasil, isso foi desvinculado porque já era mesmo uma questão de lei. Então isso pra nós sempre foi algo muito bom... que o Estado não intervenha nas questões doutrinárias das igrejas, não só Presbiteriana, não só evangélicas, mas de forma geral.

A quem interessa a laicidade? Para quem ela é benéfica?

Eu acho que pra ambas as partes. Eu creio que... pra um Estado democrático de Direito, eu creio que a laicidade é um assunto indiscutível, eu creio que não só para as igrejas mas pro próprio Estado. A laicidade interessa a ambas as partes, a não ser que haja um Estado totalitarista que venha interferir na forma de culto, na ética da igreja e tudo mais, né?! Creio que com poucas exceções as igrejas são ensinadas a respeitar sua autoridades, até o limite de que elas não nos obriguem a desrespeitar aquilo que nós

cremos. Então isso é o princípio que nós seguimos: Nós respeitamos as autoridades até que elas não nos obriguem a ter que escolher.

Então a laicidade é benéfica pra ambas as partes, nunca houve conflito em relação a isso.

Para a Igreja, quais os pontos negativos e positivos da laicidade?

Rev.: - Bom, eu creio que os pontos positivos a gente já colocou, né?!

Entrevistadora: - Sim.

Ver.: - Ponto negativo... (Pequena pausa) Acho que eu nunca pensei nesses termos (outra pausa). Nós tivemos um país que não era laico até alguns anos atrás. Até a Constituição da década de 1980, né?! A partir dali então se foi... Quer dizer, antes disso já era um país laico no papel, mas não na realidade. E nós colhemos alguns problemas disso, da interferência de um no outro, né?! Principalmente a igreja... a igreja determinava algumas coisas que o país tinha que fazer. Então eu acho que isso foi um retrocesso pro nosso país. Acho que a igreja deve, talvez, em um Estado sendo cristão, ela deve, talvez, dar o seu conselho. Seria algo benéfico que nós não temos hoje, né?! As igrejas não são consultadas em relação a isso. Entendemos que isso seria difícil por causa da variedade de denominações, mas a igreja não é consultada.

Então se há alguma questão negativa é que o Estado é sempre pendente. Ele sempre pende pra alguma denominação em particular, que tenha mais influência política. Então eu creio que a negatividade é que sempre quando o Estado, principalmente no Brasil, dependeu da religião, não foi bom. Não foi bom porque a religião que dava as coordenadas era sempre a religião que tinha mais poder político. Então se tornava uma questão política e não propriamente princípios bíblicos que pudessem ser seguidos. Então creio que essa é a negatividade.

Qual a sua opinião em relação à atuação política dos deputados evangélicos (durante o período democrático pós constituição de 1988)?

(Riso)

Pois é, nós temos uma bancada evangélica, né?! Que...quando eu falo nós, “nós”, o Brasil. Temos uma bancada evangélica, que infelizmente, com poucas exceções, ela não se diferencia das demais. Talvez aí, justamente caia nessa questão que muitas igrejas falham em formar cidadãos conscientes, né?! Bons políticos, talvez no seu currículo, na sua formação, pudesse ter essas questões de como agir em relação a isso.

Então assim, essa é uma opinião pessoal minha, mas eu sempre discordo de que uma vez eleito você representasse um grupo específico, seja ele qual for. A representação de grupos específicos nunca é bom para o todo, porque quando você representa minorias você deixa de lado outras questões e perde o princípio pelo qual você foi eleito: de representar a nação. Então um candidato que se elege pra representar os evangélicos... mas a nossa nação não é só formada de evangélicos, a nação é formada de outras pessoas, então esse não serão contemplados?

Então quando eu trago a política pra um grupo, seja qual for... eu não sei, na minha opinião, eu não tô fazendo política, eu tô representando interesses particulares. Então eu posso representar interesses de empresas, interesse de ONGs, interesses de minorias, sejam quais forem, e pra mim isso não é política. Isso é um dos grandes problemas do Brasil em termos dos seus representantes, porque quando a gente lê os princípios de uma política de um deputado, de um senador, seja qual for, você vê que ele está lá pra representar o povo.

Então quando eu falo “o povo que eu represento é este aqui”, então... eu não sei. Me parece que está deixando de lado alguns princípios pra representar interesses próprios, e eu não me sinto representado ali, né?! Eu não me sinto representado quando fala “bancada evangélica” ... Mas o que é que eu tenho que ser tão mais representado que outros? Se a minha nação, ela me assegurar os direitos que estão na Constituição, pra mim é suficiente, eu não preciso de mais do que isso.

Então eu acho que falar de evangélicos assim... parece que a coisa piora. Parece que as igrejas evangélicas tem perdido com isso porque aí você tem um grupo, e infelizmente, o ser humano se envolve em coisas que não deveria, e aquele grupo está me representando o que significa então que ao ser envolvido com toda aquela situação ilícita, então eu tô no meio também? São questões assim ... bem complicadas. Então eu acho que a gente tem perdido com isso, com essa representação de grupos.

Quem entra ali, leva com ele a sua nação, ele vai defender a Constituição, ele vai defender o direito do povo. Então isso eu acho que basta. Se tem algo que deve ser acrescentado, que seja pra todos. Nós já temos assegurado o direito de culto, a laicidade, isso tá na Constituição... Isso são coisas que se forem respeitadas, não sei se precisa de mais alguma coisa.

Como igreja... A Igreja Presbiteriana tá no Brasil desde 1859, quando o país não podia ter outras denominações. Quando se abriu então pra que outras denominações pudessem se instalar, elas não podiam ter aspecto de templo. Por isso que você vê –

hoje em dia tem mudado muito isso, né?! – mas as igrejas evangélicas no Brasil, com poucas exceções, elas não tem formato de igreja, elas tem uma arquitetura bem modesta, mais quadradinha.

Mas isso é por causa do início dela, não podia ter mesmo, tinha que ser formato de casa. Não podia ter uma placa na frente, podia se reunir como culto. Então foi-se ganhando espaço até que na Constituição se tirou o Estado religioso, e aí então, estava livre. Mas aí nós já criamos uma cultura, os templos mais suntuosos e bonitos são da igreja católica, não protestante. Todo esse ganho que nós temos na Constituição, a menos que ele seja ameaçado, aí então eu creio que, quando ele for ameaçado, eu creio que deve se levantar deputados, deve-se levantar senadores, que defendam que a Constituição foi ameaçada, que o direito do culto foi ameaçado, porque se ele é ameaçado pro evangélico, ele é ameaçado pra outros segmentos religiosos. Então alguém tem que defender, mas permanentemente alguém ali que defende só um grupo? Eu creio que, essa é minha opinião... eu não vejo com bons olhos essa questão. Até porque dá muita briga, né?! Ah, fulano defende essa minoria, o outro defende outra minoria. Vamos defender a Constituição, vamos defender os direitos se eles forem violados, projetos que beneficiam a todos... eu creio que seria um caminho mais seguro, menos traumático pra todo mundo.

Então eu não me sinto representado pela bancada evangélica, particularmente. Temos exceções maravilhosas, mas também de outros segmentos, gente boa, gente responsável, e precisamos de mais gente assim.

Como Igreja Presbiteriana, nós não incentivamos que se tornem... ninguém forma político dentro da igreja, né?! Mas nós formamos cidadãos. Se o cidadão quer ser político é um direito dele... então que ele seja um bom político. Uma pessoa honesta, uma pessoa de caráter, isso nós exigimos de tudo, não só da política, mas no trabalho, qualquer que seja, ética, respeito, a Igreja Presbiteriana é oriunda da Reforma Protestante, do séc. XVI, então um dos pilares da Reforma era justamente esse: que qualquer coisa que você for fazer, faça com excelência. Nós precisamos e nós cobramos isso. Desde um simples trabalho até um cargo de renome nacional, faça direito, faça bem o que você tá fazendo, porque você tá fazendo pra Deus primeiro, depois a serviço do homem.

Qual a sua opinião sobre o envolvimento da igreja (membros/lideranças) com a política?

Quando, por exemplo, na minha experiência como pastor, a denominação Presbiteriana não tem restrição em relação a isso. Então se um membro da Igreja quer exercer um cargo político, seja qual for, - inclusive, na história do Brasil, o vice-presidente Café Filho foi presbiteriano, participou de escola presbiteriana - não há qualquer restrição, pode se envolver.

A minha opinião também. Na minha experiência, quando uma pessoa quer ser candidato geralmente a gente conversa: “Quais são as suas intenções? O que você pretende?” e tal, porque às vezes a pessoa nem sabe. “Ah, eu quero representar a Igreja” – “Então não serve. A igreja não precisa ser representada por você. Não na política”.

Então a gente tenta orientar nesse sentido, que a pessoa vá lá faça a diferença. Por exemplo, um candidato presbiteriano não pode colocar na sua campanha que ele é presbiteriano. Se um pastor Presbiteriano quer entrar na política, então uma das coisas que se pede é que ele deixe o pastorado, que ele não misture as coisas. Porque ele vai ser uma pessoa de frente, ele tem o púlpito, e o púlpito da Igreja Presbiteriana é exclusivamente para anúncio do evangelho. Ponto final. Não é pra anúncio de qualquer tipo de segmento, principalmente político.

Nós orientamos nesse sentido: você não vai poder distribuir dentro dos limites da Igreja, qualquer coisa que seja; Você não vai poder abordar as pessoas na porta pra sua campanha. Por exemplo, nós da Igreja Presbiteriana trabalhamos com voluntários, então são membros da Igreja que são professores de Escola Dominical, que são diáconos, são presbíteros, são líderes de sociedades (homens e mulheres), são eles que exercem esses cargos, nomeados pela igreja. Então uma vez em que ele se torna um político, o que a Igreja faz é afastá-los desses cargos. Porque? Porque nós cremos assim: Se eu estou à frente de uma sala, eu posso cair na tentação ou ser entendido por quem está ali, de tentar influenciar essas pessoas. Então eu não posso me valer de um cargo que é exclusivo pra um fim, e ter outro fim. Então ele é afastado temporariamente, conversa-se com ele e diz: Olha, enquanto você estiver em campanha, é prudente que não exerça esse privilégio – nós cremos que é um privilégio você trabalhar nesses cargos. Então afasta a pessoa temporariamente pra que ela faça sua campanha de forma lícita, de forma segura.

Então desde que se siga princípios assim, eu não vejo problema. É um direito como cidadão, seja ela um membro da Igreja, ou seja ela uma liderança da Igreja, ou até um pastor, se afastando então das suas atividades, faça sua campanha sem problema.

Em alguns casos até nós incentivamos a não ficar entrando com o carro no pátio da Igreja com propagandas e tal; a Igreja tem que ter prudência nesse sentido.

Eu, como pastor, né? Em época de campanha eu recebo ligações de candidatos que querem visitar a Igreja, trazer – como eles costumam falar – “uma saudação”. Eu falo: Olha, você será muito bem vindo na Igreja, pode vim. Mas tem duas coisas que vão acontecer, eu já falo logo, você vai ser apresentado pelo seu nome como visitante, não como candidato; segundo: você não pode usar a palavra. Então a maioria não vem, eles desistem.

Se nós recebemos a visita de um prefeito, de um vereador, de um deputado eleito, então ele é apresentado com o seu cargo, a bíblia diz: Honra a quem tem honra, né?! Então ele já é uma pessoa eleita. Agora candidato, não. Porque aí a Igreja tem que estar isenta. Nesse caso... Não quer dizer que a Igreja é isenta politicamente. Não é isso. A Igreja ela tem a sua opinião a respeito de política, ela orienta em época de eleição, é orientado a respeito do direito que eles tem, a responsabilidade, da democracia, mas jamais em que ele tem que votar. Isso você pode perguntar pra qualquer presbiteriano que ele vai te dizer a mesma coisa: “A minha igreja nunca me falou...” – Não só essa aqui, porque é um princípio das Igrejas Presbiterianas – “... em quem eu tenho que votar”, porque nós achamos que isso não é da nossa responsabilidade, em quem ele tem que votar é da consciência dele. Partido, pessoas, etc... é do direito e da consciência de cada um. Mas ao votar leve-se em consideração isso, isso e isso. Aí sim. Aí nós cremos que é nossa responsabilidade formar uma pessoa consciente, no bom sentido, crítica.

Então não vejo com maus olhos alguém que queira se candidatar desde que tenha um objetivo, que tenha um propósito melhor do que muitos que entram na política só pra ter alguns benefícios ou que ingenuamente entram na política também, achando que é uma coisa e é outra. Não conhece o terreno onde tá pisando e vira um “zero à esquerda”, não se envolve em *maracutaia*, mas também não faz nada. Então fica ali um peso pro Estado, ganhando... – É claro que isso não acontece na política, né?! (Riso) – ganhando mas não é eficiente, não tem competência. Então isso é triste, né? Se há uma reforma política tem que começar por aí: preparar os nossos cidadão aí pra serem políticos.

Anexos

Creemos – Assembleia de Deus

- 1) Em um só Deus, eternamente subsistente em três pessoas distintas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo (Dt 6.4; Mt 28.19; Mc 12.29);
- 2) Na inspiração divina verbal e plenária da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé e prática para a vida e o caráter cristão (2Tm 3.14-17);
- 3) Na concepção e no nascimento virginal de Jesus, plenamente Deus, plenamente Homem, em sua morte vicária e expiatória, em sua ressurreição corporal dentre os mortos e sua ascensão vitoriosa aos céus (Is 7.14; Mt 1.23; Rm 8.34; At 1.9);
- 4) Na pecaminosidade do homem, que o destituiu da glória de Deus, e que somente o arrependimento e a fé na obra expiatória e redentora de Jesus Cristo podem restaurá-lo a Deus (Rm 3.23; At 3.19);
- 5) Na necessidade absoluta do novo nascimento pela graça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo e pelo poder atuante do Espírito Santo e da Palavra de Deus, para tornar o homem digno do Reino dos Céus (Jo 3.3-8, Ef 2.8,9);
- 6) No perdão dos pecados, na salvação plena e na justificação pela fé no sacrifício efetuado por Jesus Cristo em nosso favor (At 10.43; Rm 10.13; 3.24-26; Hb 7.25; 5.9);
- 7) Na Igreja, coluna e firmeza da verdade, una, santa e universal assembleia dos fieis remidos de todas as eras e todos os lugares, chamados do mundo pelo Espírito Santo para seguir a Cristo e adorar a Deus (Jo 4.23; 1Tm 3.15; Hb 12.23; Ap 22.17);
- 8) No batismo bíblico efetuado por imersão em águas, uma só vez, em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, conforme determinou o Senhor Jesus Cristo (Mt 28.19; Rm 6.1-6; Cl 2.12);

9) Na necessidade e na possibilidade de termos vida santa e irrepreensível por obra do Espírito Santo, que nos capacita a viver como fiéis testemunhas de Jesus Cristo (Hb 9.14; 1Pe 1.15);

10) No batismo bíblico com o Espírito Santo, que nos é dado por Jesus Cristo, mediante a evidência física do falar em outras línguas, conforme a sua vontade (At 1.5; 2.4; 10.44-46; 19.1-7);

11) Na atualidade dos dons espirituais distribuídos pelo Espírito Santo à Igreja para sua edificação, conforme Sua soberana vontade para o que for útil (1Co 12.1-12);

12) Na segunda vinda de Cristo, em duas fases distintas: primeira — invisível ao mundo, para arrebatá-la Sua Igreja, antes da Grande Tribulação; segunda — visível e corporal, com a Sua Igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos (1Ts 4.16, 17; 1Co 15.51-54; Ap 20.4; Zc 14.5; Jd 14);

13) No comparecimento ante o Tribunal de Cristo de todos os cristãos arrebatados, para receberem a recompensa pelos seus feitos em favor da causa de Cristo na Terra (2Co 5.10);

14) No Juízo Final, onde serão julgados os que fizeram parte da Última Ressurreição; e na vida eterna de gozo e felicidade para os fiéis e de tristeza e tormento para os infiéis (Mt 25.46; Ap 20.11-15).